

BRANCA, SADIA E TRABALHADORA: O IDEAL DE INFÂNCIA BRASILEIRA CONSTRUÍDO PELA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939- 1944)

WHITE, HEALTHY AND HARDWORKING: THE IDEAL OF BRAZILIAN CHILDHOOD BUILT BY THE JOURNAL EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1944)

**Jéferson Luís Staudt¹
Magna Lima Magalhães**

Resumo: Este artigo analisa as representações infantis divulgadas pela Revista Educação Physica entre 1939 e 1944, época em que a difusão de um ideal de infância para o Brasil foi um dos pilares do programa nacionalista do Estado-Novo (1937-1945). O estudo mostra que a revista advogava um ideário infantil constituído pela criança branca, sadia, disciplinada e disposta ao trabalho, tida como expressão de um país produtivo e promissor. Em contrapartida, a criança de camadas populares aparecia como exemplo de infância ociosa, desregrada e doente, alvo das políticas assistencialistas criadas pelo poder público.

Palavras-chave: Infância. Educação Física. Educação para o trabalho. Imprensa Periódica.

Abstract: This article analyzes the representations of children published by the Journal Educação Physica between 1939 and 1944 when the diffusion of a childhood ideal for Brazil was one of the pillars of the nationalist program of Estado-Novo (1937-1945). The study demonstrates that the journal promoted the white, healthy, disciplined, and willing to work child as the ideal, regarded as an expression of a productive and promising country. On the other hand, the black child from the popular classes figured as the example of an idle, unruly, and sick childhood, the target of the state's welfare policies.

Keywords: Childhood. Physical Education. Education for labor. Journals

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1930 e 1940, um ideal de infância brasileira esteve na base de uma série de projetos que visavam à regeneração nacional. Construído pelas mãos de médicos, educadores e estadistas, esse ideário dava ênfase à criança educada, forte e sadia, como efeito de variados investimentos. A consumação desse ideal reclamou, na época, um conjunto de ações voltadas à infância, com vistas à saúde, à assistência social e à educação infantil.

Em âmbito educacional, as ações se intensificaram com a implantação do regime ditatorial Estado-Novo (1937-1945), que interviu nas áreas educacionais, buscando a socialização de valores substanciais ao seu projeto de Nação. Para isso, efetuou mudanças nas diretrizes curriculares para escolarizar parte de seus anseios políticos. Em decorrência disso, valores como disciplina, vigor físico, moral e patriotismo passaram a integrar o currículo das escolas, centralizando no Estado o controle do setor educativo (BOMENY, 1999).

¹ **Jéferson Luís Staudt**, Licenciado em Educação Física, Mestre e Doutorando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. jefersonstaudt@feevale.br, **Magna Lima Magalhães**, docente do curso de História e do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. magna@feevale.br

A intervenção nas áreas educacionais almejava a formação de um “homem novo”, dotado de predicados morais e físicos para prover o engrandecimento da Nação. Um ideal de hombridade que se projetava sobre a criança forte, sadia, compreendida como o futuro trabalhador e cidadão que logo atuaria em prol da Pátria. A Educação Física, junto à Moral e Cívica, ocupou um lugar de destaque nesse projeto, tendo como principal propósito avigorar o corpo e educar a mente da criança para o trabalho (BOMENY, 1999).

Considerando o debate posto na época, este artigo analisa as representações infantis publicadas na revista Educação Physica² entre 1939 e 1944, período em que Hollanda Loyola exerceu o cargo de editor técnico. Loyola foi um dos mais produtivos colaboradores do periódico e, ao assumir a direção técnica, cooperou para a ampliação do volume e para estabilização periódica da revista, até então irregular³. Enquanto editor, teria auxiliado para a construção de um ideal de infância permeado por ideologias raciais análogas às advogadas na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento ao qual esteve filiado antes de editar a revista⁴.

Nas páginas do periódico, noções idealizadas de infância foram produzidas em paralelo ao projeto pedagógico alinhavado por seus editores. Com o intuito de educar moral e fisicamente para o trabalho, o projeto construía representações normativas de infância e, ao mesmo tempo, hierarquizava identidades étnico-raciais. A representação da criança negra, nesse processo, foi analisada numa perspectiva relacional com as publicações que exibiam a criança branca, cuja evidência, ao longo do recorte analisado, foi visivelmente maior.

O estudo demandou o exame de todos os exemplares compreendidos entre as edições 34 (de setembro de 1939) e 81 (julho de 1944), que correspondem ao período de direção técnica de Hollanda Loyola. O material foi analisado com base no referencial teórico-metodológico dos Estudos Culturais (HALL, 1997; 2001), lançando mão do conceito de representação como ferramenta analítica. O uso desse conceito nos permitiu conceber as imagens e os textos publicados como mecanismos capazes de produzir sentidos sobre o mundo social.

² Editada no Rio de Janeiro, pela Companhia Brasil Editora, a revista circulou pelo Brasil entre 1932 e 1945. Sua produção partiu da iniciativa dos professores de Educação Física Paulo Lotufo, Oswaldo Murgel Rezende, Roland de Souza e Francisco de Assis Hollanda Loyola (SCHNEIDER, FERREIRA NETO 2004).

³ Das 88 edições publicadas pela revista, enquanto se manteve em circulação, 47 foram veiculadas durante a direção técnica de Hollanda Loyola.

⁴ Loyola foi Mestre de Campo da milícia integralista, no Rio de Janeiro, antes da entidade ser extinta com a instauração do Estado-Novo, em 1937 (SIMÕES, GOELLNER, 2012). Movimento de extrema direita e de inspirações fascistas, a AIB pretendia Governo, na década de 1930, com um projeto que visava legar unidade étnico-cultural à nação. Homogeneidade que se daria por vias do fomento à miscigenação e sob a perspectiva do branqueamento racial (CRUZ, 2004).

A análise também foi instrumentalizada pelo conceito de infância, proposto por Philippe Ariès (1973), que a define como um fenômeno socialmente construído, a qual diz respeito aos significados que os grupos imprimem sobre ela em diferentes épocas e através de artefatos culturais específicos. Assim sendo, entende-se que a infância somente adquire sentido mediante as formas como seus significados são produzidos pelos membros da cultura.

A BRANCURA COMO NORTEADOR PARA UM IDEAL DE INFÂNCIA

Durante o Estado-Novo (1937-1945), um dado tipo de infância era propalado como símbolo de modernidade e progresso econômico. Um ideário infantil que dava ênfase à criança sadia, disciplinada e fisicamente ativa, capaz de responder às necessidades de uma sociedade em pleno processo de industrialização. O estímulo ao crescimento industrial passava pela ampliação da capacidade produtiva da população, o que acentuava a importância econômica de áreas como a Educação Física, promotora da saúde e do bem-estar físico.

À indústria interessava brasileiros saudáveis, dóceis e produtivos, valorizados pela resistência física e pela potência produtiva (BERCITO, 2011). Visando o aumento da força de trabalho da população, o Estado investiu em políticas de saúde e assistência social que eram reforçadas por ideologias as quais afirmavam o trabalho como um encargo moral e um dever cívico do cidadão com a Pátria (GOMES, 1999). Para obter o consentimento popular, o Governo censurou a imprensa e monopolizou as informações veiculadas para assegurar a aprovação social às ações e às ideologias políticas do Estado-Novo (CAPELATO, 1999).

Nessa época, a revista Educação Physica se anunciava como difusora da Educação Física brasileira. Composta por um compêndio moderno e especializado sobre atividades físicas e esportivas⁵, ela fornecia fundamentos pedagógicos para a consulta e orientação dos professores, aspirando legar unidade ao método de ensino da Educação Física no Brasil.

Para Hollanda Loyola (1941b, p. 66), o método brasileiro carecia da unidade “indispensável para assegurar o êxito de qualquer plano geral de educação” e, não por acaso, seu ingresso ao cargo de editor técnico coincidiu com a publicação, a partir da edição nº 35, de uma série de “Lições de Educação Física” dirigidas às escolas do país (ALMEIDA, 2008).

Tais lições visavam à constituição de indivíduos “úteis” à sociedade, pondo o bem coletivo acima do interesse particular da criança. Seguindo essa lógica, às diretrizes pedagógicas da revista articulou-se um projeto de formação que ambicionava o ajustamento

⁵ Embora fosse uma revista segmentada, também acolhia discussões raciais, eugênicas, biotipológicas, filosóficas, políticas, dentre outros temas. Também possuía um viés comercial, promovendo a venda de produtos e serviços.

da criança às demandas sociais e econômicas da nação brasileira. A proposta foi delineada por meio da publicação de uma série de artigos que tratavam sobre a Educação Física infantil e constituíam um ideal de infância que respondia aos interesses nacionalistas do período.

A materialização desse ideário dependia da ação pedagógica dos professores de Educação Física, sensibilizados pelas orientações dadas pela revista. Seus editores, sobretudo Hollanda Loyola, informavam que somente por vias da educação moral e física seria possível habilitar a criança a engrandecer a Pátria no futuro próximo. O ensino da Educação Física, nessa perspectiva, seria incompleto se não aliasse os valores morais aos predicados físicos.

No artigo “Educação Física Infantil (dos 4 aos 6 anos)”, publicado na edição nº 34, Loyola anunciava a educação moral como um dos fins pedagógicos da Educação Física. No entender do autor, ela seria capaz de desenvolver “o interesse pelo trabalho, criar os bons hábitos, as boas maneiras [e] influenciar pouco a pouco a formação da personalidade, [...] corrigindo as tendências más e os possíveis defeitos da educação doméstica” (LOYOLA, 1939, p.13). Para Loyola, era substancial reparar a má formação moral vinda da criação familiar, pois acreditava que na infância o cidadão estaria constituindo sua subjetividade.

Essa percepção era partilhada por diversos intelectuais e por setores sociais daquela época. Entendia-se que algumas famílias, sobretudo as socialmente vulneráveis, não tinham condição para subsidiar a formação moral dos filhos. Para muitos, a fragilidade do lar era uma das principais causas da geração de crianças ociosas e desordeiras, especialmente quando expostas aos “perigos” da rua, a qual era vista como lócus de imoralidades (FERLA, 2005).

O desleixo dos pais com a moral dos filhos representava uma ameaça à ordem social (FERLA, 2005) e uma sobrecarga à tarefa da Educação Física escolar, que não deveria substituir o lar, mas completá-lo (LOYOLA, 1941c). A postura conivente da família ao convívio dos filhos na rua era descrita, por Loyola, como uma “complacência criminosa” e um “relaxamento ignominioso” que desservia a formação moral “dos cidadãos de amanhã”. Visto que, na rua, o contato com companhias indesejáveis somente levaria a “proliferação dos nulos, dos incapazes e dos vencidos, que se [vão] depois refletir na vida pública do país, diminuindo a capacidade de trabalho e a força das iniciativas” (LOYOLA, nº 52, 1941c, p. 9).

Apoiado na crença de que a infância era um período em que tudo seria mais fácil de corrigir, adequar e aperfeiçoar, em nome da coletividade, Loyola via as fases infantis⁶ como ocasiões oportunas para intervenções visando à apuração moral dos cidadãos. Para se integrar

⁶ Com base em Domingo Barnés e Vermeylen, Loyola organizava a infância em três etapas cronológicas: 1ª infância (do nascimento até os três anos de idade), 2ª infância (dos três aos sete anos) e 3ª infância (dos sete aos doze anos) (LOYOLA, 1940b).

à sociedade como um elemento útil, o cidadão precisava dispor de disciplina e vontade de trabalhar, e essas virtudes deveriam ser potenciadas, desde a infância, pela Educação Física.

Esse encargo pedagógico foi reiterado em vários textos assinados por Loyola. Em “Educação Física Infantil: Terceira infância”, publicado em 1940, na edição nº 43, o autor descrevia a educação moral como meio de preparar a criança para uma vida “útil”, inculcando “o hábito da disciplina e da ordem” e “o amor à justiça, à responsabilidade e ao trabalho” (LOYOLA, 1940c, p. 51). Na sua visão, a criança na terceira infância teria atingido um nível de inteligência que lhe permitiria “compreender a hierarquia e a disciplina, o direito e o dever [...] podendo já se submeter às regras e às normas elementares impostas pelo interesse geral da vida coletiva” (LOYOLA, 1940c, p.50). Não foi por acaso que Loyola nomeou essa fase como a “idade do trabalho”⁷, por considerá-la o período mais adequado para adaptar a criança às necessidades sociais.

Nos artigos publicados por Loyola, a Educação Física assumia uma função moralizadora que visava constituir a criança idônea e dócil, características fundamentais para se tornar um bom trabalhador. A intensa referência ao trabalho, nos seus textos, transportava o entendimento de que a criança não era mais que o instrumento de uma ambição maior, que buscava significar o trabalho como exercício moral e cívico. Com esse intuito, fundamental aos anseios do Estado, inseriu a preparação moral da criança para o trabalho, como objetivo pedagógico da Educação Física.

A proposta de ensino tinha potencial para socializar uma porção de valores que o Governo pretendia inculcar no operário. O caminho educacional era vantajoso porque permitia internalizar no cidadão, desde a tenra idade, a ideologia que ligava o trabalho à moralidade e ao patriotismo. Ao imbuir à criança de tal noção, a Educação Física cooperaria ao esforço de enaltecer o trabalho e a identidade do trabalhador nacional (GOMES, 1999).

Dar ao trabalho uma identidade positiva ampliava a probabilidade de a criança chegar à maioridade ciente de que trabalhar era um exercício digno porque colaborava com o crescimento do país. Dessa forma, o processo educativo, tal como delineado por Loyola, incitava a criação de subjetividades devotadas ao trabalho como o principal sentido da vida, habituando a criança a empregar sua força de trabalho no sistema industrial-econômico.

Dessa forma, a positivação do trabalho contava com o suporte da revista Educação Physica, sobretudo na figura do seu editor técnico, que, para tanto, investia na infância:

⁷ “Idade do trabalho” foi uma proposição afirmada por Loyola com base nos estudos de Vermeylen, sobre o qual não nos deixou maiores informações.

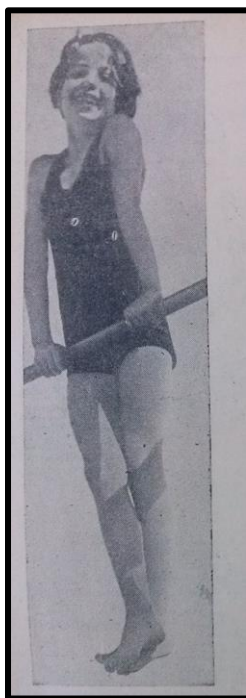
“Creiamos na fôrça de nossa nacionalidade, inculcamos desde cedo no espírito da criança brasileira um profundo sentido de coesão nacional, façamo-la conhecer a capacidade do nosso povo e preparemo-la para as grandes realizações do futuro fortalecendo o seu físico, elevando a sua moral [...]” (LOYOLA, 1941a, p. 9).

Loyola não apenas ressaltava os princípios morais correlatos ao trabalho como, também, desaprovava condutas sedentárias e ociosas que contrariavam a racionalidade produtiva. O autor entendia que as virtudes morais deveriam caminhar lado a lado com as físicas, pois uma moral rija não teria proveito em um corpo inapto aos trabalhos físicos.

O estímulo ao trabalho deveria incluir o ensino, à criança, sobre a importância de conservar o corpo em perfeitas condições. As páginas de cada novo exemplar eram estampadas com fotografias de crianças das camadas médias, realizando exercícios ao ar livre e em poucos trajes. Uma estratégia usada, dentre outras finalidades, para convencer o público leitor acerca dos benefícios de uma vida movimentada e refratária à preguiça e ao ócio.

A publicação de imagens infantis foi um recurso muito utilizado, pelos editores, para mostrar com precisão a que tipo de criança se referiam⁸. Mais que mera ilustração, as imagens auxiliavam na construção de um ideário infantil que deveria inspirar o projeto pedagógico da Educação Física. Em conjunto, as fotografias constituíam a criança branca, educada e sadia, como tipo ideal de infância, conforme atesta a figura a seguir:

Figura 1: Exercício na barra



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 43, 1940, p. 50

⁸ Diversas publicações usavam imagens infantis para trabalhar aspectos diversos, que não apenas os físicos, como nutrição, higiene, educação estética, família, escola, dentre outros.

Imagens como essa estavam em consonância com o ideal de Nação forte, saudável e promissora, aspirada pelo Estado e acalentada por muitos periódicos da imprensa nacional. As revistas comumente se valiam da imagem da criança branca, de família e em condições sociais privilegiadas para respaldar projetos nacionais. A criança das camadas populares e, principalmente as de cor negra, aparecia, eventualmente, como objeto de ações assistencialistas (BRITES, 2000).

Esse modelo hegemônico encontrou aderência na revista *Educação Physica* que, sem perder sua especificidade, realçava os aspectos físicos do ideário infantil que difundia. Nessa direção, vários textos apontavam a exercitação física como meio eficaz de combate às doenças causadas pelo sedentarismo. Caso do artigo “Educação Moral e Física”, publicado por Inácio de Freitas Rolim na edição nº 45, em 1940, pelo qual afirmava que a prática regular de exercícios fortalecia o corpo e potenciava “[...] o emprego da máquina humana com o máximo rendimento e o mínimo dispêndio de energia [...]” (ROLIM, 1940, p.73).

Em muitos artigos, a exercitação periódica foi receitada como forma de manter o corpo saudável e em plenas condições de trabalho e utilidade econômica. Chegou-se a recomendar a atividade física até mesmo à criança recém-nascida, com a publicação de duas matérias, dirigidas aos pais, que incluíam programas de exercícios aplicáveis do nascimento à terceira infância⁹. Uma dessas matérias foi cuidadosamente ilustrada por fotografias de uma criança que, deitada no carrinho de bebê, tinham os braços movimentados com o auxílio dos seus pais.

Esses gestos mecanizados também compuseram às orientações direcionadas aos professores, aos quais era indicado estimular somente a capacidade de imitação da criança. As turmas deveriam ser ordenadas por idade e sexo¹⁰, cabendo ao professor executar o movimento, e à criança imitá-lo de forma precisa, contínua e regrada, com o menor esforço. As crianças da terceira infância, segundo Loyola, seriam as mais aptas a imitar e a obedecer com presteza. E por estarem na “idade do trabalho, portanto, a educação física, sem perder o seu sentido de recreação, toma[va] um aspecto mais sério de trabalho dirigido” (LOYOLA, 1940c, p.51).

Esse método de ensino tendia à formação de crianças dotadas apenas de potencial físico, por demandar movimentos mecânicos, técnicos e isentos de empenho mental. O

⁹ Caso dos artigos: LOYOLA, H. Educação Física Infantil: Primeira infância – Período pré-escolar. **Revista Educação Physica**, ed. 41, 1940b; LOYOLA, H. Educação Física infantil. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 44, 1940a, p.50-52 e 54.

¹⁰ Às meninas, as atividades mais leves e delicadas, aos meninos, as mais vigorosas, a fim de respeitar as distinções “biológicas” e não comprometer a saúde reprodutiva das meninas.

procedimento convinha ao projeto pedagógico que visava educar a criança para, no futuro, trabalhar. Esse tipo de educação interessava ao setor industrial, que requeria cidadãos capazes de executar as tarefas de modo preciso, autômato e com a mínima despesa de energia. Assim, a metodologia sugerida por Loyola confluía para forja do trabalhador que a indústria almejava.

A produção industrial exigia a formação de um indivíduo capaz de ajustar-se ao modo de produção caracterizado, sobretudo, por movimentos mecânicos livres de qualquer esforço cognitivo. Às áreas educacionais, nesse processo, foi atribuído o encargo de constituir subjetividades tais como as demandadas pelo mercado de trabalho (KUENZER, 2005).

De modo similar, o projeto pedagógico visibilizado na Educação Physica disciplinava moral e fisicamente a criança para responder às ambições do mercado econômico, ignorando as visões de mundo representativas da infância. O projeto traduzia a maneira como o adulto esperava que a criança se posicionasse no mundo, de modo que percebesse a importância do seu trabalho no contexto social. Para internalizar esse entendimento, os editores da revista engajaram os professores de Educação Física na missão de educar a criança para o trabalho.

Nesse sentido, orientavam o ensino da Educação Física defendendo o estímulo ao trabalho como um dos principais objetivos da área. Para isso, sugeriam que os professores colocassem em prática um método pedagógico que aliasse o apuramento moral ao físico. A perspectiva moral tinha em vista modelar a personalidade da criança com intuito de identificá-la com a Pátria e com os sentimentos de unidade, disciplina e amor ao trabalho. A dimensão física deveria assegurar a saúde e a aptidão necessárias à realização prática das tarefas.

Dessa maneira, a revista Educação Physica animava as discussões que enxergavam na modelação infantil o caminho para o futuro auspicioso do Brasil. A projeção, porém, não era feita sobre qualquer tipo de criança, somente aquela moral e fisicamente sã, cuja imagem era mobilizada a fim de evidenciá-la com maior exatidão. Esse ideário infantil era representado, como visto, pela criança branca, do sexo masculino, sadia, forte e disciplinada. Escolhida como emblema de um país promissor, essa criança reunia os predicados que a habilitava a conduzir o engrandecimento da nação brasileira pela força do seu trabalho.

A CRIANÇA COMO “CONTRAEXEMPLO” DE INFÂNCIA

O processo de representação de um ideário infantil tornava substancial a evidência de crianças frágeis, moral e fisicamente, que pudessem conferir coerência e estabilidade à criança desejável. Fazia-se necessário ostentar os problemas sociais representados pela criança ociosa, desregrada e doente, para que a criança “ideal” fosse afirmada como tal. Para

tanto, a criança das camadas populares surgiu como exemplo de infância prejudicial à construção da Nação forte e trabalhadora e que, por isso, exigia outro tipo de intervenção.

Colocada à margem do projeto pedagógico da revista, essa criança aparecia em parques infantis construídos para assistir crianças provenientes das classes operárias. Criados para ocupar o tempo livre das crianças, esses parques visavam, “dentro de um programa de ação nacionalista, preparar cidadãos para a Pátria de amanhã, homens fortes física e moralmente” (MIRANDA, 1942, p.39-40). Os parques infantis constituíam centros de ação sanitária, médica e educacional voltados ao combate aos vícios e às enfermidades que atingiam regiões precárias, situadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Descritas sob os signos da doença, da desmoralização e da pobreza, as crianças que frequentavam os parques representavam um problema de ordem pública, devendo ser reabilitadas para o bem da coletividade. Tal propósito girava em torno da crença de que a pobreza era um fator potencial de toda sorte de malefícios e, sendo assim, o período ocioso da criança pobre precisava ser preenchido com atividades sadias, higiênicas e disciplinares.

Pairava na revista a noção de que a pobreza constituía um perigo à sociedade brasileira, concepção fundada no século XIX, mas que se mantinha influente no início do século XX. As classes populares eram consideradas “perigosas” devido aos riscos que ofereciam à organização do trabalho, à ordem social e à saúde pública. Diante da ideia determinista de que todo pobre tendia ao ócio, ao crime, aos vícios e às doenças, a educação infantil era colocada como saída auspiciosa para esses problemas (CHALHOUB, 1996).

Tal compreensão ecoava no artigo “Educação Física como assistência social à infância”, assinado por Humberto Baldariny nas edições nº 45 e 46¹¹. Para o autor, a regeneração nacional seria impossível sem a educação moral e física da criança, o que fazia da assistência infantil uma medida substancial à reforma da sociedade. As ações assistenciais deveriam incluir a Educação Física, indispensável no combate ao ócio, ao crime e as doenças em locais cuja vulnerabilidade tornava mais propícia a proliferação desses problemas.

Devido à amplitude educacional, moral e sanitária da Educação Física, causava estranheza, à Baldariny, a ausência de professores e médicos especializados na Área no Parque S.O.S., localizado em Retiro Saudoso, no Rio de Janeiro. No seu entender, a falta de suporte médico não teria justificativa alguma, pois não era “possível a ausência do mesmo em

¹¹ Era uma característica editorial de a revista publicar parte de um artigo em uma edição e parte em outra.

comunidades de crianças em plena idade infecciosa¹² [...] na qual mais facilmente contraem as febres eruptivas, coqueluche, difteria, paralisia infantil, etc.” (BALDARINY, 1940, p. 43-4).

Em visita ao parque, constatou que o risco de epidemias preocupava as responsáveis do local, que estavam em dúvida sobre a readmissão de uma criança que, anteriormente, havia contraído paralisia infantil. Para Baldariny a indecisão era consciente, uma vez que “como êsse caso, muitas passaram despercebidas e muitas crianças, verdadeiros portadores de germes, disseminavam infecções naquele meio” (BALDARINY, 1940, p.44).

O texto possibilita entender que, essa indecisão lhe pareceu consciente não apenas porque uma criança doente colocaria em risco a saúde das demais, mas porque representava a possibilidade de um surto epidêmico capaz de afetar a saúde pública. Por essa razão, assegurar a saúde daquelas crianças significava garantir a saúde da própria sociedade, que se via constantemente ameaçada por epidemias vindas dos grupos socialmente desfavorecidos.

O pressuposto seguia as instruções do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), cuja prioridade era o combate às doenças infecciosas que atingiam a maioria das regiões do país, sobretudo, as vulneráveis. A principal orientação era evitar surtos epidêmicos e criar medidas de controle, em uma ação conjunta entre órgãos federais de saúde e os governos locais. Para isso, o Estado distribuiu equipes de saúde em diferentes estados da federação e “aumentava sua presença nos recantos mais remotos do país, conjugando centralização política com descentralização administrativa” (HOCHMAN; FONSECA, 1999, p.85).

As políticas de assistência social eram orientadas ao amparo de grupos incapacitados de trabalhar devido a algum problema de ordem orgânica ou física, com ênfase para os idosos, os indigentes, as crianças e as camadas populares (HOCHMAN; FONSECA, 1999). Mais que um problema de saúde pública, a ocorrência de surtos epidêmicos era prejudicial ao ordenamento do mundo do trabalho, sobretudo quando ocorria entre as classes operárias, que somente manteriam o sistema em funcionamento se gozassem de plenas condições de saúde.

Dessa forma, os cuidados médicos dispensados à criança em vulnerabilidade social tinham em vista interesses socioeconômicos. Mesmo que Humberto Baldariny tentasse provar o oposto, ao se posicionar contrariamente ao trabalho do menor “em indústrias e profissões”, não hesitou em reconhecer que estava no “patrimônio humano a origem de toda a riqueza do Estado, e como tal, precipuamente, compete instruí-lo e educá-lo para que, posteriormente, possa usufruir o máximo de sua eficiência” (BALDARINY, p.1940b, p.44).

¹² “Idade infecciosa” foi uma proposição afirmada por Baldariny com base nos estudos de Mauriquand, autor (a) sobre o qual não nos deixou maiores informações.

Além de dispensar esforços médicos, a criança desfavorecida precisava ser educada para trabalhar e, para tanto, era necessário discipliná-la física e moralmente. Contudo, no artigo de Baldariny, a pobreza aparecia indissociável de uma série de estigmas que associavam as camadas populares a distúrbios orgânicos e a falhas morais contrárias à lógica do trabalho.

Apesar disso, ele partilhava da crença de que a apuração moral da Educação Física desenvolveria virtudes como a audácia e o espírito combativo, capazes de legar ânimo e disposição à criança. Ao potenciar tais predicados, a Educação Física tiraria o “povo da apatia e resignação legada pela influência africana, tornando-o mais otimista, mais confiante em si próprio, e, principalmente, mais produtivo e creador” (BALDARINY, 1940a, p.38).

Baldariny reciclava um discurso que, desde o século XIX, relacionava a população afro-brasileira ao não-trabalho. Com a proximidade do fim do escravismo, as elites nacionais aventaram a ideia de que os africanos eram incapazes de trabalhar, senão de modo compulsório, devido à “apatia” e à “irracionalidade” do grupo. Essa noção, que inicialmente foi pautada no “paganismo” e na “barbárie cultural”, recebeu respaldo científico com a entrada das teorias europeias no país. Com base em tais doutrinas, foram implantadas políticas imigratórias que favoreciam a vinda de brancos europeus para trabalhar (AZEVEDO, 1987).

Desde então, o mito da apatia negra passou a sustentar os argumentos que negavam a aptidão da população afro-brasileira para o trabalho (AZEVEDO, 1987). Percepção análoga à ostentada por Baldariny, que inferia que o caráter apático do povo brasileiro seria o resultado do cruzamento com os povos de origem africana. No entanto, esses posicionamentos explícitos de racismo eram cada vez menos evidentes na época, do que nas décadas anteriores. Àquela altura, já não possuía unanimidade as interpretações raciais que atribuíam à população negra a razão do atraso nacional, pois diversas autoridades se dedicavam à valorização das heranças afro-brasileiras, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre.

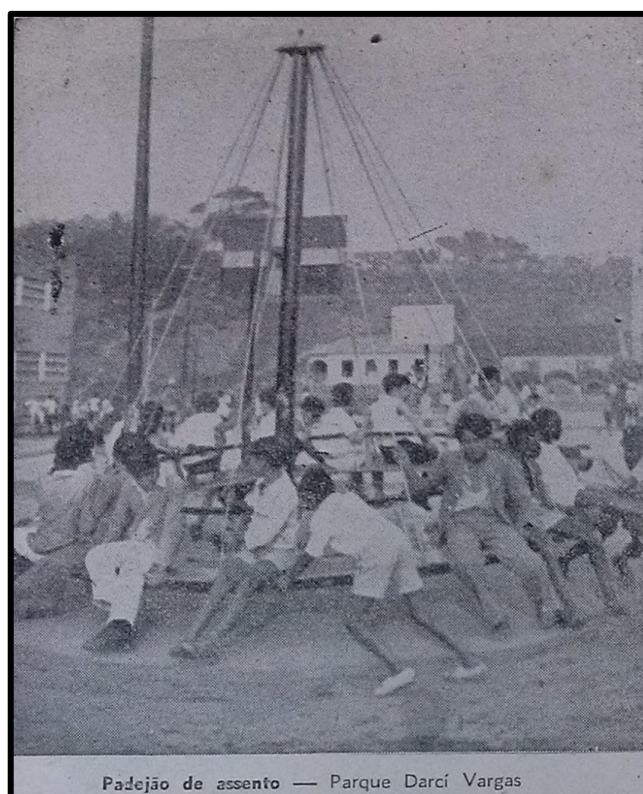
Freyre havia publicado, em 1933, a obra *Casagrande e Senzala*, advogando em prol do hibridismo cultural que teria emergido em paralelo à miscigenação. Ao positivar as heranças culturais negras, indígenas e brancas, respondeu à questão da identidade nacional, deslocando a ênfase da biologia para cultura. Com isso, Gilberto Freyre produziu um consistente argumento contra o biodeterminismo e pavimentou a ideia da “democracia racial”, haja vista a ausência de fronteiras entre aspectos biológicos e culturais no Brasil (SCHWARCZ, 1998).

Apesar do interesse manifesto, por alguns intelectuais, de contestar os biodeterminismos e enaltecer a cultura afro-brasileira, suas produções incorreram, não raras vezes, em discursos racistas e em hierarquias raciais. Isso aconteceu com Arthur Ramos,

Edgar Roquette-Pinto e com o próprio Gilberto Freyre, cuja obra colocava o branqueamento como processo “natural” da miscigenação (GUIMARÃES, 1999). Em função disso, ainda que o contexto indicasse uma maior aceitação das diferenças raciais e culturais, manifestações de racismo existiam de forma menos ou mais explícita, como no artigo de Humberto Baldariny.

As imagens que o autor inseriu no seu texto davam suporte à ideia da inaptidão do segmento negro para o trabalho. As fotografias foram tiradas no Parque Darci Vargas, situado nos arredores da Lagoa Rodrigues de Freitas, no Rio Janeiro. Nelas, a evidência de crianças negras representava uma condição infantil contrária à imagem da criança idealizada pelo Estado e pelo projeto pedagógico visibilizado pela revista Educação Physica:

Figura 2: Crianças no “padejão de assento”.



Fonte: Revista Educação Physica, ed.46, 1940, p.38.

O enfoque coletivo da imagem se distinguia do enquadramento de corpo inteiro que exibía o menino na fotografia anterior (figura 1). Somente em um corpo enquadrado por inteiro seria possível destacar aspectos como saúde, disciplina e vigor físico, características que inspiravam o projeto de Nação delineado na revista. As crianças da imagem acima, ao contrário, traduziam exatamente o oposto do ideal de infância forte, sadia e afeita ao trabalho, aparecendo como problema que demandava políticas públicas de saúde e regeneração social.

O panorama traçado por Baldariny permite pensar que a criança em situação de vulnerabilidade social estaria suscetível ao não-trabalho, por sua propensão aos vícios, aos

delitos e às doenças. Em contrapartida, a criança negra estaria duplamente inapta para trabalhar, por sua condição socioeconômica e por sua ascendência afro-brasileira. Quando comparada às imagens que exibiam a criança branca, observa-se que essa fotografia (figura 2) dava suporte à normalização do ideário infantil e ao mesmo tempo defendia representações mais amplas, porém não uníssonas, sobre raça a partir da articulação entre imagem e texto.

Ao dizer isso, não descuidamos do fato de que ela também evidencia crianças brancas como representantes de um tipo de infância nociva aos escopos nacionais. Entretanto, numa perspectiva relacional entre a criança branca e a negra, esta foi representada unicamente nessas imagens e somente a partir de significados refratários ao trabalho. De todas as imagens infantis publicadas na revista, dentro do recorte analisado, as três fotografias tiradas nesse parque foram as únicas que exibiram a criança negra¹³. Um preterimento que reforçava a branquidão como viés norteador do ideal de infância delineado pelas “pedagogias” da revista.

A respeito disso, ficou bem claro que existia uma diferença marcante entre o significado do trabalho no ambiente escolar e nas políticas de assistência social. No projeto pedagógico, o estímulo ao trabalho tinha em vista credenciar a criança para cooperar, no futuro, com o progresso da nação brasileira. No assistencialismo, o trabalho era incentivado como forma de regeneração social da criança que partia de uma condição imprópria ao trabalho e que, por essa razão, constituía um empecilho ao crescimento econômico do Brasil.

Essa percepção que reconhecia na pobreza um obstáculo ao trabalho, levou as autoridades a coagirem os populares a trabalharem como medida de regeneração moral, social e econômica (FERLA, 2005). Baldariny dava pistas de que algo semelhante entrava em prática no Parque S.O.S., dando a entender que a reabilitação social das crianças estava em curso:

“É interessante observar, como tive ocasião de ver, no S.O.S., a transformação que essas criaturinhas sofrem. De desconfiados, retraídos, inúteis à vida em sociedade, revoltados contra os regulamentos disciplinares, em pouco tempo, metamorfoseiam-se completamente, sentindo a necessidade de serem úteis, espontaneamente procurando produzir alguma coisa, e é curioso o prazer que manifestam ao contemplar o trabalho feito” (BALDARINY, 1940b, p.43).

A “metamorfose” que transformava a criança em um elemento útil à sociedade passava pela ação disciplinar do trabalho. Em várias instâncias sociais, trabalhar era apontado como método eficiente para a reutilização socioeconômica da criança pertencente às camadas populares, pois as autoridades julgavam que a condição de extrema pobreza era um fator

¹³ Em diversas publicações o periódico usou a imagem de crianças para positivar aspectos como o banho, o senso estético, a correção postural, a alimentação e a família nuclear, além das capas dos exemplares. Nenhum desses aspectos foi exaltado com o suporte da imagem de crianças negras.

potencial da delinquência e do ócio. Em muitos casos, quando a criança cometia algum tipo de delito ou se mantinha desocupada, era recomendado submetê-la ao disciplinamento moral do trabalho, para que fosse reajustada à sociedade como parcela útil (FERLA, 2005).

Os ares filantrópicos da política assistencialista encobriam o intuito de transformar as crianças numa massa operária ordeira, disciplinada e disposta para trabalhar. Porém, o prazer pelo trabalho não habilitava a criança negra e em situação de pobreza a compor o ideal de Nação trabalhadora almejado pela revista Educação Physica. Ela figurava apenas como problema social e médico que precisa ser regenerado em prol da ordem social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um “homem novo” para um Estado-Novo esteve na base do programa de nacionalização, empreendido entre os anos de 1937 e 1945. Tal esforço reclamou a necessidade de forjá-lo desde a infância, levando o Estado a intervir nas bases da educação nacional para escolarizar essa pauta política. Com o suporte das áreas educacionais, o Estado pretendia vulgarizar a imagem da criança sadia, disciplinada e afeita ao trabalho, tida como emblema de um Brasil promissor por reunir as qualidades aspiradas ao “homem novo”.

Esse movimento teve ressonância na revista Educação Physica que, durante a direção técnica de Hollanda Loyola, se revelou um espaço privilegiado de discussão, concatenado ações políticas dirigidas à infância e à valorização do trabalho. Nesse sentido, sustentou um projeto pedagógico centrado na educação moral e física da criança para o trabalho, por meio da publicação de artigos voltados à orientação do ensino da Educação Física no Brasil. Em meio às diretrizes prestadas, a revista construiu um ideal de infância representado pela criança branca, disciplinada, sadia e, principalmente, disposta para trabalhar, com potencial para atender às demandas produtivas e cooperar para o engrandecimento econômico da Nação.

Colocada à margem desse projeto, a criança das camadas populares e, especialmente a negra, apareceu como objeto de ações assistencialistas promovidas pelo poder público. Representada a partir do estigma da pobreza, que determinava sua propensão ao ócio e às doenças, surgia como problema de ordem social, médica e econômica cuja regeneração era imprescindível aos anseios do programa nacionalista. Nesse jogo de representações, a não evidência da criança negra no debate relativo ao ideário infantil emprestou sentido de “normalidade” à criança desejada, assim como sedimentou a classe e a raça como parâmetros para a construção de um modelo idealizado de infância para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão. Unidade de doutrina e Pedagogia da Educação Física nos escritos de Hollanda Loyola (1939-1944). **Revista da Educação Física/UEM**, v. 19, n. 2, p. 291-303, 2008.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973. p. 279.

AZEVEDO, Celia Maria. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BALDARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro. Ed.45, p.39-41, 1940a.

BALLARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.46, p. 38-44, 1940b.

BERCITO, Sonia de Deus. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org). **História do corpo no Brasil** – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p.161-176, jan./jun. 2000.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Natália dos Reis. O Integralismo e a Questão Racial. A Intolerância como Princípio. 2004. 281 f. **Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, 2004.

FERLA, Luis Antonio Coelho. Feios, sujos e malvados sob medida: Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). **Programa de Pós-graduação em História Econômica**, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado). 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999. 256p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 102 p.

_____. **The Work of Representation**. In: _____. (Org.). *Representation, Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997.

HOCHMAN, Gilberto. FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. – 3ª. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

LOYOLA, Hollanda. Creiamos em nós. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 51, p.9, 1941a.

_____. Educação Física Infantil. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 44, p.50-52 e 54,1940a.

_____. Educação Física Infantil (dos 4 aos 6 anos). **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 34, p. 13 e 67, 1939.

_____. Educação Física Infantil: Primeira infância – período pré-escolar. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 41, p.37-39,1940b.

_____. Educação Física Infantil: Terceira infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 43, p. 50,51 e 72,73, 1940c.

_____. Educação Física Naval. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 55, p. 52 – 53 e 66, 1941b.

_____. Pais e professores. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 52, p.9, 1941c.

MIRANDA, Nelson. Parques Infantis. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 63, 1942, p. 38-40.

ROLIM, Inácio de Freitas. Educação Moral e Educação Física. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, p. 10, 11, 73, 74 e 75, 1940.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista Educação Physica (1932-1945). **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 23-52, 2004.

SCWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930.** - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, Renata; GOELLNER, Silvana. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 263-272, 2012.